



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Advogados defendem IA, mas há riscos com opacidade dos algoritmos

Justiça preditiva, análise automatizada de documentos e sistemas de gestão e transação são áreas onde a Inteligência Artificial está a transformar a aplicação do direito. Defesa da privacidade em risco.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

As LegalTechs tornaram-se parceiros fundamentais dos advogados, afirma Luís Pais Antunes, *managing partner* da PLMJ, uma sociedade que em 2018 foi pioneira na implementação de um sistema de *machine learning*, o KIRA. Os advogados estão a investir cada vez mais em tecnologias como parte dos seus programas de transformação digital e tecnológica, sublinha Pais Antunes. Mas há temas onde continua a ser muito difícil conciliar a tecnologia com o direito, e falamos do direito à privacidade e outros direitos fundamentais.

João Amaral, associado coordenador na Miranda & Associados, diz que "ainda não estão exploradas todas as capacidades e utilizações possíveis da Inteligência Artificial (IA), pelo que é cedo para perceber como serão tratadas questões tão complexas como as relacionadas com o di-

reito à privacidade". Luís Barreto Xavier, consultor para a inovação da Abreu Advogados expressa uma preocupação semelhante. Diz que a "utilização cada vez mais generalizada da IA pelas empresas, associada à apropriação de enormes quantidades de dados pessoais, usados como instrumento para o ajustamento da oferta de bens e serviços, e sobretudo como meio para refinar o marketing, coloca problemas muito complicados na defesa da privacidade". E alerta que existe um risco acrescido: "o uso de IA no tratamento de dados pessoais em massa pelos Estados com fins fiscais, políticos ou até bélicos".

O tema da "opacidade dos algoritmos" é salientado por Luís Barreto Xavier, que lembra os diversos fóruns onde se tem refletido sobre os limites éticos ao uso de ferramentas da IA e onde se discute a necessidade da introdução de regulação. "Uma questão central é a do combate à opacidade dos algoritmos", e as decisões que afetam os cidadãos "devem ser

baseadas em sistemas minimamente explicáveis e não em "black boxes". Uma expressão deste princípio consta já, em certa medida, do Regulamento Geral de Proteção de Dados". E realça "os problemas do enviesamento, resultantes da bateria de dados que são introduzidos ou das pré-compreensões dos programadores. Saber se devem introduzir-se mais limites legais e quais é uma das mais relevantes questões jurídicas do nosso tempo".

Quarta Revolução Industrial

Com a quarta Revolução Industrial a implicar "a transformação digital dos modelos de produção e distribuição, fortemente baseadas em ferramentas de IA (...) as sociedades de advogados têm de estar preparadas para acompanhar e falar a mesma linguagem dos seus clientes empresariais", afirma Barreto Xavier, da Abreu Advogados. A IA "será inquestionavelmente uma ferramenta que facilitará o dia a dia dos profissionais do direi-

to, libertando-os de tarefas rotineiras e de menor importância, [ao mesmo tempo] que permitirá uma maior concentração em tarefas de maior valor", acrescenta João Amaral, da Miranda. A IA terá impacto nos advogados, nos juizes mas também nas forças de segurança e, acima de tudo, "poderá ainda abrir novos caminhos no que diz respeito à resolução de litígios menos complexos". Barreto Xavier acrescenta que a IA vai permitir aos advogados dar-lhes tempo para fazerem aquilo onde não podem ser substituídos, ou seja, no "contacto direto e empático com o cliente, a montagem de operações complexas, e a formulação de juízos valorativos".

Pais Antunes acrescenta que, na PLMJ, a IA "já influencia as soluções que apresentamos aos clientes (...) e acompanhamos o que está a ser feito nas grandes sociedades internacionais, por onde alguns dos nossos advogados já passaram". Frisa que as mudanças "exigem o desafio de estruturar equipas com expertise em

constante atualização, antecipando as necessidades cada vez mais exigentes dos nossos clientes, sendo fundamental o investimento na formação dos advogados, no sentido de maximizar o potencial que os sistemas de IA nos oferecem". Na Abreu a aplicação da IA no campo do direito permitem entrar na redação e gestão de contratos, na gestão de processos, de orçamentação e gestão financeira, de pesquisa jurídica e jurisprudencial, incluindo mecanismos preditivos e de gestão de risco, de automação de *due diligence* e de *compliance*. Diz Barreto Xavier da referida sociedade que a resolução de litígios "pode beneficiar desta tecnologia". Afirma que "através do software apropriado, o recurso ao contencioso pode ser evitado, mediante a sugestão automática da composição das controvérsias, que pode ser aceite antecipadamente ou a posteriori".

No comércio eletrónico este tipo de resolução de litígios poderá, no futuro, vir a ser dominante". João Amaral, da Miranda, reforça a ideia de que a IA é o futuro beneficiando não só as grandes mas também as pequenas sociedades. Acredita que quando as novas ferramentas se tornarem mais acessíveis será possível às pequenas sociedades lutarem "praticamente em pé de igualdade" com as grandes sociedades "em projetos que outrora estavam limitados às sociedades de maior dimensão".

Os parceiros

As LegalTechs ou LawTechs são empresas tecnológicas dedicadas à criação de soluções para o campo jurídico, oferecendo serviços disruptivos aos advogados. Acontece, frisa Luís Barreto Xavier, que certas LegalTechs "parecem querer concorrer com os players tradicionais no mercado e serviços jurídicos". E dá o exemplo de "mecanismos de consulta jurídica automatizada, plataformas digitais semelhantes à Uber para a oferta de advogados, sites que criam minutos de contratos ou de peças processuais ou *legal chatbots*". O consultor da Abreu afirma que "estes players apresentam desafios à advocacia tradicional e enfrentam delicadas questões regulatórias".

Por seu lado, a PLMJ que como já o dissemos foi pioneira com o KIRA, afirma que irá reforçar a colaboração da sociedade com as LegalTechs nacionais e internacionais. "Continuará a ser uma prioridade no futuro", diz Luís Pais Antunes. João Amaral frisa que a parceria entre advogados e LegalTechs tem evoluído para a criação de equipas próprias para o desenvolvimento autónomo de novas ferramentas. E conclui afirmando que se trata de um mercado "em forte expansão com espaço para diferentes intervenientes, onde há ainda muito por desenvolver e que será, naturalmente, sujeito aos ajustes e reações do próprio mercado às melhores e piores ideias". ●